

DIA 15

15-05-2018

Periodicidade: Mensal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Tiragem: Nacional

20000

Temática: Justica

Dimensão: 864

cm

Imagem: S/Cor

Página (s): 37



Corrupção

Este vocábulo tem preenchido diversas manchetes e aberturas de telediários. Figura entre as maiores preocupações dos portugueses, logo atrás do emprego e da saúde.

om o ar fleumático de sempre, Ricardo Salgado garantia há dias: «Nunca na vida corrompi ninguém.» Uma declaração impensável noutros tempos da boca daquele que chegou a ser o mais poderoso banqueiro português.

Tudo muda. O suposto envolvimento do ex-ministro da Economia Manuel Pinho, suspeito de receber "luvas" do antigo Grupo Espírito Santo (GES) liderado por Salgado - enquanto desempenhou aquelas funções no Executivo liderado por José Sócrates trouxe o tema de novo ao primeiro plano da vida portuguesa. Pinho poderá ter de responder em sede judicial por uma quantia superior a dois milhões de euros que lhe terá sido remetida a partir do polémico "saco azul" do GES. Já foi anunciada também uma comissão de inquérito parlamentar a propósito deste tema. Enquanto o ex-primeiro-ministro José Sócrates e o próprio Salgado enfrentam acu-

Pecado original

sações judiciais de corrupção.

Corrupção é um conceito tradicionalmente ligado a degenerescência ou decomposição, de algum modo relacionado com o pecado original de que nos fala o Genesis. Santo Agostinho explicou a etimologia da palavra, que deriva do latim — corrupto é todo aquele que tem um coração (COR) quebrado (RUPTUS). E, portanto, pervertido.

O mapa da corrupção a nível mundial costuma coincidir com as nações mais pobres, onde as expectativas de desenvolvimento são ainda remotas e os tentáculos de um poder não escrutinado por meios democráticos suplantam as vias legais.

Em regra, quanto maior é o aparelho do Estado mais fortes se tornam as tentações nesta matéria. O Barómetro Global da Corrupção divulgado em 2016 pela Transparência Internacional em 42 países, traçou um retrato pessimista do quadro nacional.

Mais de 80% dos portugueses consultados nesta pesquisa consideravam que o Estado era demasiado permeável à ganância dos interesses económicos. Este inquérito revelou que a corrupção é o terceiro tema que suscita maior O crime de corrupção passiva acontece quando um funcionário solicita, aceita ou recebe, directamente ou via algum intermediário, um benefício incompatível com a lei e os parâmetros éticos.

Notícias em série

No último ano judicial, o Ministério Público abriu 2204 inquéritos sobre crimes de corrupção, o que correspondeu a um aumento de 21% relativamente ao ano anterior.

Ao longo dos meses sucederam--se títulos na imprensa relacionados com a prática deste crime: «PJ detém quatro profissionais de saúde por

corrupção» (Setembro de 2017); «40 militares acusados de corrupção» (Novembro de 2017); «Juiz leva a julgamento 68 dos 86 arguidos no processo de corrupção na Força Aérea» (Fevereiro de 2018).

Em Março, um relatório divulgado pelo Grupo de Estados Contra a Corrupção – que monitoriza os membros do Conselho da Eu-

ropa — alertava para a situação em Portugal. Por cá os deputados permanecem em funções sem regras de conduta postas formalmente postas em vigor, o lobismo continua por regulamentar e as propostas de alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais são omissas nas questões de conflitos de interesses.

Portugal ocupava em 2017 o 29.º lugar no Índice de Percepção da Corrupção, com 63 pontos em 100, num total de 180 países ou territórios. Cabendo zero a um país "altamente corrupto" e cem a um país "livre de práticas corruptas". Os três primeiros postos couberam à Nova Zelândia, Dinamarca e Finlândia – entre os 85 e os 89 pontos.

Confirma-se: é grande a distância entre eles e nós.



preocupação na sociedade portuguesa: 51% dos interrogados mencionaram-no. Sendo apenas ultrapassado pela economia e emprego (7£%) e pela saúde (71%).

Activa e passiva

O nosso Código Penal distingue entre corrupção activa e passiva no exercício de funções públicas (artigos 372.º a 374.º). O crime de corrupção pública ocorre quando alguém cferece, prome te ou propõe um benefício de qualquer natureza a um funcionário público a troco de um acto ilícito.